

Diário do Legislativo de 15/08/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 396ª Reunião Ordinária

1.2 - 22ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 396ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 13/8/98

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz, Maria Olívia e Arnaldo Penna

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 288/98 (encaminha o Projeto de Lei nº 1.871/98), do Governador do Estado - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 1.872/98 - Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho, de Educação, de Saúde e da CPI dos Garimpos e dos Deputados Tarcísio Henriques e Wanderley Ávila - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados João Batista de Oliveira, Durval Ângelo e Raul Lima Neto - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Maria Olívia - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Durval Ângelo - Ermano Batista - Geraldo Nascimento - Gilmar Machado - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - José Bonifácio - José Henrique - Marco Régis - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Raul Lima Neto - Sebastião Helvécio - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º- Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Ermano Batista, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 288/98*

Belo Horizonte, 12 de agosto de 1998.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa egrégia Assembléia Legislativa, o projeto de lei incluso, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar imóvel para construção, pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG -, da Subestação BH-São Marcos, no Município de Belo Horizonte.

A autorização legislativa, no caso, torna-se necessária para atender ao disposto no § 2º do artigo 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, uma vez que o imóvel a ser desapropriado é de propriedade presumida do Município de Belo Horizonte e outros.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 1.871/98

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar imóvel que menciona.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar, por intermédio da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG -, terrenos e benfeitorias situados na Rua Santa Apolônia, Bairro São Marcos, no Município de Belo Horizonte, compreendidos dentro de uma área com 2.569,00m², de propriedade presumida do Município de Belo Horizonte e outros, com a seguinte descrição perimétrica: partindo do marco MA, deflete 96º18'04" à direita, segue em linha reta com o rumo de 62º55'40" NE, na distância de 63,86m, até atingir o marco MB; daí, deflete 58º30'59" à direita, segue em linha reta com o rumo de 58º33'21" SE, na distância de 38,29m, até atingir o marco MC; daí, segue em curva à direita, com o raio de 57,7m e ângulo central de 64º00'00", na distância de 64,45m, até atingir o marco MD; daí, segue em linha reta com o rumo de 85º04'16" NO, na distância de 18,42m, até atingir o marco ME; daí, segue em curva à direita, com o raio de 11,00m e ângulo central de 50º21'20", na distância de 9,67m, até atingir o marco MF; daí, segue em linha reta com o rumo de 34º42'56" NO, na distância de 15,16m, até atingir o marco MA, ponto inicial desta descrição.

Art. 2º - Os terrenos descritos no artigo anterior e respectivas benfeitorias são necessários à construção da Subestação BH-São Marcos do sistema CEMIG, no Município de Belo Horizonte.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda, encaminhando os Demonstrativos Contábeis da Administração Direta, Indireta e Fundos, referentes ao mês de junho de 1998. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Adilson de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Bom Jesus do Galho, comunicando que o Vereador Floripes José da Silva retornou às atividades legislativas naquela Casa, a partir de 1º/8/98.

Da Sra. Elcina Botelho de Aguiar e outras, manifestando seu interesse em renunciar à sua aposentadoria e contar o correspondente tempo de serviço para se aposentarem no 2º cargo e solicitando que a Casa rejeite o veto do Governador do Estado ao Projeto de Resolução nº 13.807. (- Anexe-se ao Veto à Proposição de Lei nº 13.807.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

A Sra. Presidente (Deputada Maria Olívia) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 1.872/98

Declara de utilidade pública a entidade Obras Sociais Cristã de Odassan do Amanhecer de Bocaiúva, com sede no Município de Bocaiúva.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Obras Sociais Cristã de Odassan do Amanhecer de Bocaiúva, com sede no Município de Bocaiúva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de agosto de 1998.

Wanderley Ávila

Justificação: A referida Associação foi fundada em 22/6/96 e tem como finalidade a prática do mediunismo cristão e a assistência a famílias e crianças necessitadas, conforme a doutrina das Obras Sociais da Ordem Espiritualista Cristã Vale do Amanhecer, localizada em Brasília.

Com o título declaratório de utilidade pública, a entidade espera realizar parcerias com órgãos públicos estaduais e ampliar seu trabalho assistencial.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões do Trabalho, de Educação, de Saúde e da CPI dos Garimpos e dos Deputados Tarcísio Henriques e Wanderley Ávila.

Oradores Inscritos

- Os Deputados João Batista de Oliveira, Durval Ângelo e Raul Lima Neto proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, apesar de termos aqui uma presença de qualidade, de quatro Deputados que estão em Plenário, cumprindo o Regimento, gostaria que se encerrasse, de plano, a reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Arnaldo Penna) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 17, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a reunião ordinária de terça-feira, dia 18, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às onze horas do dia trinta de junho de mil novecentos e noventa e oito, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Romeu Queiroz, Presidente; Cleuber Carneiro, 1º-Vice-Presidente; Francisco Ramalho, 2º-Vice-Presidente; Geraldo Rezende, 3º-Vice-Presidente; Elmo Braz, 1º-Secretário; Ivo José, 2º-Secretário; Marcelo Gonçalves, 3º-Secretário; Dilton Melo, 4º-Secretário, e Maria Olívia, 5ª-Secretária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide: 1 - aprovar novos critérios previstos nas Decisões de 28/2/96 e 29/12/97; 2 - autorizar o adiamento de guia à Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais - ASLEMG -, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.384, de 18/12/86; 3 - definir critérios para efetivação de programas da Assembléia na mídia eletrônica. Em seguida, são aprovadas, por meio das Deliberações da Mesa nºs 1.550 a 1.554, as novas estruturas dos gabinetes dos Deputados Maria Olívia, Ivo José, Geraldo Nascimento, Toninho Zeitune e Sebastião Costa, respectivamente. É tomada, também, a Deliberação da Mesa nº 1.555, que dispõe sobre os órgãos de deliberação coletiva no âmbito da Secretaria da Assembléia e dá outras providências. Isso posto, a Mesa autoriza a liberação de recursos de subvenção social à Prefeitura Municipal de Bambuí, solicitada pela Deputada Maria Olívia. Autoriza, ainda, a liberação de dois convênios de subvenção social, simultâneos, em favor da Associação Comunitária Ação Social e Educacional do Médio Piracicaba - ACASMEP -, com sede na cidade de João Monlevade, os quais foram indicados pelo Deputado Mauri Torres. Dando prosseguimento à reunião, o Presidente procede à distribuição de matérias a relatores, cabendo ao Deputado Cleuber Carneiro o processo contendo termo aditivo para manutenção do preço e prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e a Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática; o processo contendo termo aditivo para manutenção do preço do contrato celebrado entre a Assembléia e a Interdata Eletrônica e Telecomunicações Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva em máquinas de escrever; o processo contendo termo aditivo para manutenção do preço e prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e a Win Informática Ltda., tendo como objeto a consultoria na área de informática, visando orientação e apoio técnico para desenvolvimento de sistemas, implantação e instalação de programas e desenvolvimento de "softwares"; o processo contendo solicitação do servidor Antônio Carlos Doorgal de Andrada, matrícula 2594-1, de concessão de licença especial remunerada a fim de se candidatar a cargo eletivo; o processo contendo solicitação do servidor Pedro Miguel Martins, matrícula 5365-1, de concessão de licença especial remunerada a fim de se candidatar a cargo eletivo; ao Deputado Marcelo Gonçalves, o processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Radiocentro - Diagnóstico por Imagem Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica, nas especialidades de radiologia, mamografia e ultrassonografia, incluindo a realização de exames complementares, aos integrantes do plano de assistência da Casa; o processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Fundação Felice Rosso, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência hospitalar, incluindo a realização de exames complementares, aos integrantes do plano de assistência da Casa; os relatores examinam as matérias, e, logo em seguida, passa-se à apresentação, à discussão e à votação de pareceres. Com a palavra, o Deputado Cleuber Carneiro manifesta-se sobre os seguintes processos: processo contendo termo aditivo para manutenção do preço e prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e a Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo contendo termo aditivo para manutenção do preço do contrato celebrado entre a Assembléia e a Interdata Eletrônica e Telecomunicações Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva em máquinas de escrever - parecer favorável, considerando a negociação feita entre a Área de Serviços Gerais e a empresa contratada - aprovado; processo contendo termo aditivo para manutenção do preço e prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e a Win Informática Ltda., tendo como objeto a consultoria na área de informática, visando orientação e apoio técnico para desenvolvimento de sistemas, implantação e instalação de programas e desenvolvimento de "softwares" - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo contendo solicitação do servidor Antônio Carlos Doorgal de Andrada, matrícula 2594-1, de concessão de licença especial remunerada a fim de se candidatar a cargo eletivo - parecer favorável à concessão da licença, no período de 4/7/98 a 3/10/98, tendo em vista Decisão de 13/8/92 - aprovado; processo contendo solicitação do servidor Pedro Miguel Martins, matr. 5365-1, de concessão de licença especial remunerada a fim de se candidatar a cargo eletivo - parecer favorável à concessão da licença, no período de 4/7/98 a 3/10/98, tendo em vista Decisão de 13/8/92 - aprovado. Logo após, o Deputado Marcelo Gonçalves apresenta os pareceres que emitiu sobre os seguintes processos: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Radiocentro - Diagnóstico por Imagem Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica, nas especialidades de radiologia, mamografia e ultrassonografia, incluindo a realização de exames complementares, aos integrantes do plano de assistência da Casa; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Gastren - Clínica de Gastroenterologia e Endoscopia Digestiva Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica, na especialidade de endoscopia digestiva, incluindo a realização de exames complementares, aos integrantes do plano de assistência da Casa; e processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Fundação Felice Rosso, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência hospitalar, incluindo a realização de exames complementares, em regimes de internação, de pronto-socorro e ambulatorial, aos integrantes do plano de assistência da Casa - pareceres favoráveis à celebração dos contratos, com inexistência de

licitação, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993 autorizando as respectivas despesas - aprovados. Na seqüência da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da Secretaria da Assembléia, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs 1.149, 1.155 e 1.252, de 1995; 1.365, de 1996; 1.392, 1.432, 1.436, 1.443, 1.472, 1.475, 1.476, 1.482 e 1.484, de 1997; 1.514, 1.520, 1.521, 1.531, 1.535, 1.547 e 1.550 a 1.554, de 1998. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: exonerando Ajax Barcelos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria; nomeando Eleonor Maria de Deus Barcelos para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria; exonerando, a partir de 31/12/97, José do Carmo Silva do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria da Assembléia, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria; dispensando Cássia Imbelloni H. Manzolaro do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Sebastião Costa; provendo Cássia Imbelloni H. Manzolaro no cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Sebastião Costa; nomeando Luciana Toledo de Souza para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, do Quadro de Pessoal da Secretaria da mesma Assembléia Legislativa; nomeando Fátima Vânia Dutra Monteiro para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da 5ª-Secretaria; exonerando, a partir de 2/7/98, Aline Raydan Monteiro do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete do Deputado Olinto Godinho, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; nomeando Wadson Viana Almeida para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete do Deputado Olinto Godinho, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 10/6/98, José Agenor Cançado Soares, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Agente Parlamentar, classificado como Agente de Execução, do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia Legislativa. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 8 de julho de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente - Cleuber Carneiro - Elmo Braz - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 15h30min do dia 18/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.774/98, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.797/98, do Deputado Cleuber Carneiro; 1.714/98, do Deputado Ermano Batista; 1.794/98, do Deputado Paulo Schettino; 1.773/98, do Deputado Romeu Queiroz; 1.776/98, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 17/8/98, destinada à abertura do Seminário Direitos Humanos e Cidadania.

Palácio da Inconfidência, 14 de agosto de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Helvécio, Durval Ângelo, José Braga, Sebastião Navarro Vieira, Antônio Roberto e Mauri Torres, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/8/98, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, no 2º turno, os Projetos de Lei nºs 1.269/97, do Deputado Sebastião Costa; 1.485/97, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, e 1.631/98, do Deputado Antônio Júlio; e no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 1.470/97, do Deputado Durval Ângelo; 1.569/97, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.640/98, do Deputado Marcos Helênio; 1.701/98, da CPI do IPSEMG; 1.708/98, do Deputado Leonídio Bouças; 1.755/98, do Deputado Ibrahim Jacob; 1.761/98, do Governador Estado, e 1.859/98, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 1998.

Kemil Kumaira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ronaldo Vasconcellos, Luiz Fernando Faria, Antônio Roberto e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/8/98, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 627/95, 1.179, 1.186 e 1.384/97, 1.665 e 1.779/98 e os Requerimentos nºs 2.631 e 2.638/98; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 1998.

Irani Barbosa, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.796/98

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa do Deputado Wanderley Ávila, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro Espírita Camilo Chaves, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça apreciou preliminarmente a matéria, conforme manda o Regimento Interno, concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Agora, compete a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, atendo-se aos lindes de sua competência.

Fundamentação

Em regular funcionamento desde 1958, o Centro Espírita Camilo Chaves é uma instituição filantrópica, portanto, sem fins lucrativos. Tendo como objetivo básico a observância e a divulgação da doutrina espírita, a entidade dedica-se a um trabalho constante de assistência espiritual e social.

É oportuna, pois, a manifestação de reconhecimento à instituição pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.796/98 na forma proposta.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1998.

José Henrique, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.621/98

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado Ivair Nogueira, autoriza o Poder Executivo, por meio das caixas escolares, a permitir a concessão remunerada de espaços nos muros dos prédios das escolas estaduais, para fins de propaganda.

A proposição foi encaminhada, para estudo preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a esta Comissão para receber parecer de 1º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

A intenção do Deputado, ao propor a concessão remunerada dos espaços nos muros das escolas estaduais para a viabilização de propaganda comercial, reveste-se de preocupação social, na medida em que cria uma fonte de recursos para as caixas escolares.

Tal iniciativa é louvável, pois aponta uma forma bastante pragmática de as escolas estaduais conseguirem recursos adicionais para suprir a demanda cada vez maior dos alunos carentes, assistidos pelas caixas escolares.

A escolha das propagandas comerciais que serão estampadas nos muros das escolas ficará a cargo do colegiado, que tem a representatividade da comunidade e, naturalmente, estará atento, não permitindo que a moral e os bons costumes sejam afetados.

No entanto, apresentamos emenda com a finalidade de ampliar o leque de assuntos e produtos cuja propaganda está vedada.

Conclusão

Pelos motivos apresentados, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.621/98 no 1º turno, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao 1º do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º -

1º - Fica vedada a propaganda para fins políticos e eleitorais, bem como a de produtos nocivos à saúde física e mental dos estudantes."

José Maria Barros, Presidente - José Henrique, relator - Marco Régis - Sebastião NavarroVieira - Gilmar Machado.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

394ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 11/8/98

O Deputado Agostinho Patrús - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupo esta tribuna para que possamos aqui fazer justiça a uma categoria profissional, categoria esta que dedica sua vida a bem servir a população. Tantos e quantos já não assistiram a um médico saindo de sua casa nas madrugadas e se dirigindo a outras residências ou ao meio rural para atender pacientes?

Quantas e quantas vezes debaixo de chuva, a cavalo, de carro, de condução ou mesmo a pé, fazendo partos nas próprias casas mais humildes do interior do nosso Estado! E até mesmo nas grandes, nas médias e nas pequenas cidades passamos noites sem dormir para atender aqueles que, de madrugada, precisam da assistência médica.

É o profissional com mais longa formação, pois são seis anos para se formar em Medicina, mais dois, três ou cinco anos de pós-graduação ou especialização para se chegar à formação completa. Médicos têm uma remuneração baixa do Estado e são, dos profissionais liberais, os que percebem menos dos cofres públicos municipais, estaduais, assim como federais. Procuram ultrapassar as dificuldades e resistências de toda ordem, como normas, muitas vezes esdrúxulas, que partem dos gabinetes daqueles que dirigem a assistência médica nacional. O médico, ali, é o pára-raio de todos os problemas da população que enfrenta filas e intempéries para ser atendida por um profissional que não tem, de forma alguma, culpa pelo excesso de trabalho que lhe é imposto. E essas condições às vezes dificultam até mesmo o exercício profissional, mas são suplantadas pela abnegação, pela vontade de servir, pela própria formação de cada médico, que é a de se doar à população através do seu trabalho.

Esses médicos se reúnem nas suas entidades de classe, na Associação Médica, no Conselho Regional, no Sindicato dos Médicos. Essas entidades procuram, cada vez mais, no seu âmbito e na forma de seus estatutos, servir à população. Fui Presidente da Associação Médica de Minas Gerais por dois mandatos, e ocupei ali praticamente todos os cargos. Quantas e quantas vezes saímos viajando pelo interior de Minas juntamente com profissionais das escolas médicas para levarmos novos conhecimentos ou para reavaliar o aprendizado de colegas mais distantes!

Gostariamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer um apelo ao Deputado Irani Barbosa, a fim de que ele pudesse rever a sua posição em relação à nossa Associação Médica, ao Sindicato dos Médicos, ao nosso Conselho Regional de Medicina, e mesmo a sua avaliação dos médicos mineiros e brasileiros. Sei que isso muitas vezes ocorre num momento de cansaço, de infelicidade, no momento de nossas manifestações. Esperamos que, com o passar de um dia, dois ou três, possa o Deputado Irani Barbosa refletir sobre suas palavras, sobre suas declarações à Rádio Itatiaia, onde disse textualmente: "Hoje os maiores assaltos à população estão escondidos atrás de uma roupinha branca, com fala macia, e que escreve normalmente para ninguém entender. Será que é para ninguém entender a letra ou será que é para que a população seja lesada e ninguém seja fiscalizado? Hoje, por trás dessa máfia médica, nós temos morte, nós temos sofrimento de uma população que trabalha, paga impostos, e nós temos que ter o respeito dela. Um hospital, quando falsifica uma guia do SUS, quem é que falsifica? É o empresário? É o faxineiro? Ou é o médico que aplicou o remédio? Ou não aplicou o remédio e faz sua cobrança através de guia falsa? Quando você vende o remédio falsificado, os médicos estão sabendo. Todos eles sabem por onde passa essa máfia. Quando se rouba caminhão de medicamentos, as distribuidoras sabem disso, e, pode ter certeza, nada disso está impune sem que os médicos fiquem sabendo, sem que a Associação Médica de Minas Gerais, sem que o Conselho Regional, o Conselho Federal de Medicina estejam altamente envolvidos em processos dessa natureza. É uma acusação grave? Não, ela é gravíssima, mas por trás dessa máfia, você pode ter certeza, ela está todinha de branco e não tem asa, não, ela tem um ferrão igual ao que satanás tem".

Tenho certeza de que o Deputado Irani Barbosa não pensa assim. Isso ocorreu em um momento, às vezes, de impulsão, em que ele quis qualificar dessa forma as nossas entidades de classe, os médicos. Ele há de rever a sua posição, porque os médicos nada têm com a falsificação de medicamentos. Eles são vítimas também. Quando eles receitam, para os seus pacientes, medicamentos falsificados, esses não os curam. Conseqüentemente, eles voltam ao médico e até os culpam por não terem feito um bom diagnóstico, quando, na realidade, o medicamento não era aquele receitado; tratava-se de um medicamento falsificado.

Trago esse assunto à tribuna, uma vez que as próprias entidades fizeram uma carta aberta ao Deputado Irani Barbosa, tomando uma posição pública. Se assim as entidades não tivessem feito, eu não estaria aqui a solicitar que o Deputado Irani Barbosa fizesse uma revisão da sua posição, porque, nessa carta aberta à população, as entidades citam trechos de sua declaração à Rádio Itatiaia, solicitando-lhe a identificação desses médicos responsáveis por esses fatos gravíssimos - concordo com o Deputado Irani Barbosa - que vêm ocorrendo com a nossa população. Ela não pode tratar-se, porque, quando consegue comprar um medicamento, ele é feito de farinha, e não traz o valor que nós, farmacólogos e médicos, esperávamos dele.

Portanto, espero que o Deputado Irani Barbosa possa rever a sua posição, ou possa dar-nos novos argumentos, para que possamos aqui debater e resgatar a visão correta desse profissional médico, mineiro e brasileiro, que vem lutando contra todas as dificuldades, mas que vem servindo bem à população de Minas, dentro das limitações das verbas, dos orçamentos e das normas da previdência social.

O Deputado Irani Barbosa (Em aparte) - Nobre Deputado Agostinho Patrús, médico conceituado, em momento algum generalizei a acusação a todos os médicos. Da forma em que foi colocado o trecho no jornal, parece que generalizei, mas eu não generalizei. De tudo que acontece com relação a medicamentos, pode ter certeza, a Associação Médica tem conhecimento. No que se refere às acusações que fiz, eu não as faria sem que tivesse provas. Eu as tenho, mas não sei se poderão ser apresentadas à comissão parlamentar que apura desvios e roubos de remédios. Trata-se da participação de profissionais da área de saúde na compra de remédios falsificados, da venda desses remédios e da indicação, nas receitas de médicos, para a compra desses medicamentos no laboratório que foi fechado pela Polícia Federal, da Dinâmica e da Ação. Meu Deus do céu, a Associação Médica e o Conselho Regional de Medicina servem para proteger a população ou a parte podre que existe na classe médica? Todos sabemos que ela existe, e V. Exa. há de convir que nós sabemos. As pessoas querem ocultar isso, mas o momento da verdade chegou.

Pode ter certeza de que jamais faria acusações levianas. Agora, quando me pedem prova, quero saber se querem só as de fora ou se querem as do pessoal do Conselho Regional de Medicina, que estão envolvidos em falcatruas, espalhadas por este Estado. Tenho todas, podem ter certeza disso e mais estão chegando, porque temos informações neste Estado inteiro.

Quero dizer aqui que em hora nenhuma generalizei a classe médica. A carapuça coube onde ela bem serviu. E há carapuça para todos aqueles que tiveram a cabeça do tamanho justo dessa carapuça de que eu falei. Jamais falei dos médicos honrados, mas daqueles que são simplesmente instrumento dessa parafernália da medicina que mata pessoas, que não ajudam.

Nunca vi o Conselho Regional de Medicina nem a própria classe médica levantarem os crimes acontecidos por aí, seja por negligência, seja por distração, seja realmente porque a pessoa não tem competência para exercer a profissão.

Temos vários tipos de crime, nobre Deputado Agostinho Patrús, e não deixarei de mostrá-los à população. Posso, em algum momento, não ter colocado com exatidão que é somente uma parte negra que existe dentro da classe médica, mas todo mundo sabe, toda a população sabe, a população sente na pele quando vai ser assistida nos postos médicos públicos.

Todos os hospitais particulares em Minas Gerais estão crescendo assustadoramente. Aqui, em Belo Horizonte, a menos de três quarteirões, se V. Exa. quiser, pode ver o tamanho de um hospital que está sendo multiplicado cinco ou dez vezes, e os hospitais públicos estão sendo entregues às entidades privadas sem que nada seja dado em troca à população. A população está morrendo por falta de assistência do SUS.

Eu tenho argumento para V. Exa. e para todos aqueles médicos que vão sair. Terminando, Sr. Presidente, na nossa CPI, instalada nesta Casa, são sete Deputados. Sete Deputados, nobre Deputado Agostinho Patrús; ela não vai terminar em "pizza". Ela já começou em "pizza"; cinco desses elementos são médicos.

O Deputado Agostinho Patrús - Até fico feliz em ouvir o Deputado Irani Barbosa dizer que não generalizou, pois essa foi uma das preocupações das próprias entidades. Sabemos que existem médicos desonestos - não estamos aqui para encobrir isso -, como existem advogados desonestos, políticos desonestos, padres desonestos, enfim, em qualquer segmento da sociedade existem os bons e os desonestos. Mas, felizmente, em todos esses segmentos podemos sentir que a maioria é correta, honesta e séria, tanto médicos, como políticos, como advogados, como os padres, como os evangélicos, a grande maioria é de pessoas honestas. Mas existem sempre os desonestos, como o próprio Cristo já disse, as ovelhas negras.

Quanto ao aspecto das entidades, elas têm procurado, sim, Deputado Irani Barbosa, punir os médicos através do Conselho Regional de Medicina, que é um órgão federal, regulado por lei federal. Há vários processos em andamento e outros que já terminaram, mostrando que, realmente, o Conselho tem atuado de forma a atingir os seus objetivos. Nós aguardamos exatamente que as próprias entidades tenham interesse em que sejam descobertos, punidos e afastados do exercício da medicina esses médicos que estejam agindo de maneira incorreta.

Vou encerrar o meu pronunciamento dizendo que tenho certeza de que a CPI vai esclarecer todos esses pontos, Deputado Irani Barbosa. A iniciativa da CPI é elogiosa, quero parabenizar os colegas, os outros Deputados que assinaram esse requerimento da CPI. Acho que temos de nos preocupar com o problema. O problema é sério, é grave; estão ocorrendo mortes em virtude desses medicamentos falsificados. Portanto, é necessário que haja uma fiscalização. Dessa forma, como V. Exa. coloca bem, precisamos deixar bem claro que são pequenas fações da área médica que, se agiram, o fizeram de maneira desonesta. Assim, eles devem ser punidos, devem ser afastados, devem ser conhecidos e não generalizados - conforme V. Exa. já reconheceu, V. Exa. não estava generalizando -, a fim de que não possa ficar máculas sobre os médicos, sobre a roupa branca dos médicos e sobre as entidades de classe que os representam.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, adentramos este Plenário no momento da fala essencial e oportuna do Deputado Agostinho Patrús, quando ele abordava o assunto externado por um parlamentar desta Casa a uma emissora de rádio de Belo Horizonte. Anteriormente, soubemos do fato pela imprensa. Aliás, foi o momento em que realmente soubemos do que havia acontecido, por meio de uma nota publicada em vários jornais da nossa grande imprensa, que se chamou "Carta Aberta ao Deputado Irani Barbosa". Eu gostaria de repetir o que foi publicado pela imprensa mineira. (- Lê:)

"Carta Aberta ao Deputado Irani Barbosa

As entidades representativas da classe médica, abaixo mencionadas, estarecidas em face das declarações prestadas em entrevista concedida à Rádio Itatiaia, no dia 5 do corrente mês, pelo Deputado Estadual Irani Barbosa, na qual ele faz graves acusações às entidades médicas e a toda a classe médica, sem distinção, acusando-as de convivência com falsificação de medicamentos; de serem os maiores assaltantes da população; de falsificadores de guias do SUS; de sabedores por onde se roubam caminhões de medicamentos; que o Conselho Regional de Medicina, o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica estão altamente envolvidos em processos dessa natureza, além de outras adjetivações e referências a um só tempo desairosas, mas genéricas e inespecíficas, e assim carentes de quaisquer dados concretos, vêm a público registrar o seu veemente protesto diante de tamanho absurdo, por se tratar de uma acusação gratuita e leviana.

Fica, pois, o Deputado Irani Barbosa convidado a enviar a uma das entidades signatárias desta carta, no prazo máximo de dez dias, os nomes dos médicos que estejam praticando os ilícitos por ele denunciados e acrescentando os elementos de que disponha, com a finalidade de que possam ser promovidas as responsabilidades éticas e penais de quem de direito.

Na certeza de que o Sr. Deputado não fugirá desse seu dever, como representante do povo que é, ficam no aguardo de sua manifestação, para que possam prosseguir nas medidas cabíveis."

Diante dessa carta aberta, assinada pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, pela Associação Médica do Estado de Minas Gerais e pelo Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais, tomamos conhecimento de que alguma coisa importante teria sido denunciada pelo nosso nobre colega, Deputado Irani Barbosa, por meio da Rádio Itatiaia. Queremos crer que S. Exa., o Deputado Irani Barbosa, nas prerrogativas do exercício parlamentar e de cidadão deste Estado, tem todo o direito de se manifestar. No entanto, ficamos preocupados, porque não conhecemos o teor da sua entrevista, exceto por essas citações feitas à grande imprensa pela classe médica.

Gostaríamos de dizer que, embora não tenhamos um comportamento corporativo, ou seja, um sentimento de estar, aqui na Assembléia Legislativa, defendendo com unhas e dentes a corporação médica, a corporação a quem muitos, desairosamente, querem impingir o título pejorativo de "máfia de branco", queremos dizer que, de qualquer maneira, somos oriundos e emergentes do seio de uma classe médica tão sofrida como qualquer outra, hoje, neste País. Depois do aparte que concederemos ao Deputado Irani Barbosa, gostaria de abordar aqui o resultado de um estudo de entidades médicas, em convênio com a Fundação Osvaldo Cruz, que revelou o perfil da classe médica do momento, que hoje luta, de emprego em emprego, para que 70% de seus membros tenham um salário, diríamos, insatisfatório, em torno de R\$1.500,00 por mês. Isso para aqueles que trabalham em dois, três ou quatro empregos. É uma classe que sofre quase todos os dramas da sociedade brasileira; uma classe aviltada pelo Plano Real; uma classe realmente sofrida.

Nós, como egressos de uma categoria que possui a maioria de seus membros, nossos colegas, nesse patamar, uma profissão que a própria pesquisa verificou como uma das mais engajadas e dedicadas, gostaríamos também de dizer que a classe médica é uma classe que tem apenas 1,5% de seus profissionais insatisfeitos por serem médicos ou afastados de sua legítima profissão, como nós, agora, no exercício de nosso mandato parlamentar. Apenas 0,4% deixaram de ser médicos por, realmente, não terem vocação para a profissão.

Antes de debater com o Deputado Irani Barbosa, gostaria de dizer que ouvi a parte final de suas palavras, quando ele disse que se referiu a alguns elementos, em seu debate com o Deputado Agostinho Patrús. Chegamos tardiamente ao Plenário e não ouvimos as palavras do Deputado Irani nem as palavras do Deputado Agostinho Patrús.

O Deputado Irani Barbosa (Em aparte) - A Associação Médica colocou na carta aberta exatamente os trechos que ela queria, não sei por quê, politicamente, e querem usar um episódio para tentarem se reerguer moralmente perante a classe. As denúncias que fiz estão de pé, não retirarei nenhuma, muito pelo contrário, tenho que acrescentar muita coisa. Agora, gostaria de dizer que não foram denúncias generalizadas, mas por trás de quem falsifica guia do SUS tem sempre alguém de roupinha branca. E não é mecânico que falsifica guia do SUS, não é faxineiro. Normalmente quem falsifica são os médicos, e eu não generalizei, porque nem todos falsificam guias do SUS, nem todos matam pacientes, nem todos deixam de assistir as pessoas menos favorecidas, porque não têm dinheiro. Nem todos se beneficiam do caos da saúde para multiplicar e ampliar seus hospitais, como está acontecendo com a rede privada, em Belo Horizonte, principalmente. Isso enquanto a rede pública está minguando, onde não se tem dinheiro sequer para comprar seringa descartável, não se tem dinheiro para comprar uma aspirina sequer. Quanto aos grandes hospitais, está parecendo que eles estão no mercado como se tivessem achado ouro debaixo da terra para ampliarem seu atendimento. Gostaria de dizer, mais uma vez, que não generalizei.

Quem quiser ouvir a entrevista completa, eu a tenho gravada. Agora, ela serviu para que meia dúzia de pessoas, que estão por trás das denúncias que fizemos, gravíssimas, inclusive com relação à dengue em Belo Horizonte, reagissem em defesa do médico Célio de Castro. Quero dizer que o fato de eles estarem em baixa, politicamente, não é problema meu. As denúncias que fiz, eu as mantenho. Não admito que eles venham generalizar. Jamais as generalizei. Não são todos os médicos, porque em todas as classes profissionais temos os bons e os ruins. Agora, o título - máfia branca - não fui eu quem criei, ele existe e está aí há muito tempo. E as denúncias que fiz, se não forem utilizadas por essa CPI, vamos abrir outra para averiguar essa falsificação de guias de AIHs e de hospitais particulares que são altamente beneficiados pelo setor público e que são normalmente dirigidos por médicos. E graças a Deus, pela primeira vez, o Presidente Fernando Henrique está sendo sensato de não colocar um médico na direção de um Ministério, cujo exemplo deve ser seguido pelos Estados e pelos municípios. Médico entende de saúde; de administração, não. Respeito a classe médica, mas os bons médicos. Os marginais, nós estamos aqui para acusá-los e mostrá-los à população, e vamos fazê-lo.

O Deputado Marco Régis - Agradeço as considerações de V. Exa. e fiquei feliz, realmente, quando disse que não generalizou suas críticas. Não vou dizer que a classe médica, como todas as categorias e classes, inclusive a nossa, a política, seja constituída só por uma minoria que não condiz com os bons valores. Sobre a sua fala no caso do Ministro José Serra, lembramos que recentemente falamos aqui sobre a nomeação do Secretário da Segurança Pública, conclamando o Sr. Governador do Estado, caso ele venha a ser reeleito, a se comprometer, a pensar com altivez e discernimento, colocando na direção da Secretaria da Segurança Pública um profissional do direito ou um membro do Ministério Público, para que não tenhamos certos procedimentos corporativistas, não só à frente da Secretaria da Segurança Pública como também frente às secretarias em geral, especialmente a da Saúde.

Entendemos, pelas palavras do Deputado Irani Barbosa, que as suas críticas são localizadas, setoriais, e, em vista disso, agradecemos o seu esclarecimento. Jamais poderíamos

permitir que uma grande maioria de profissionais comprometidos com a saúde - e nós aqui não podemos defender a saúde demagogicamente como alguns o fazem, pois isso não me serve - fosse acusada, mas devemos defender a maioria dos médicos, enfermeiros, psicólogos e toda a gama de profissionais da função multidisciplinar dessa área.

Por isso mesmo agradecemos os esclarecimentos do Deputado Irani Barbosa. Não vamos ter tempo para discutir muito esse perfil dos médicos brasileiros, dessa que é uma categoria altamente engajada na sua profissão. Poucos a abandonam. A classe dos médicos, hoje mais concentrada na área urbana, com uma grande parte de mulheres, robustecida por um grande contingente de novos profissionais, não pode aceitar uma crítica genérica de que esteja comprometida com a falsificação de remédios, mas temos, sim, uma classe com alta responsabilidade, porque lidamos com a saúde e a vida de seres humanos.

A vida é um fenômeno complexo, desde a fecundação. A medicina, por meio dos hipocráticos e de grandes lições, legou-nos todos os progressos nessa luta do ser humano contra a morte, que é um fenômeno inexorável.

Peço desculpas ao Deputado Raul Lima Neto, por não lhe ter concedido o aparte. Estamos no final do nosso tempo e agradecemos a atenção dos colegas, da Presidência e dos presentes nas galerias. Obrigado.

O Deputado Arnaldo Penna* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das galerias, imprensa, eu não poderia deixar de, nesta tarde, estar nesta tribuna para fazer uma breve homenagem a uma categoria que, hoje, marca a comemoração do seu dia profissional.

Hoje é o Dia do Advogado. Como advogado que sou há 33 anos, participante, durante muitos e muitos anos, das lides forenses, integrado à categoria e à Ordem dos Advogados do Brasil, tive a satisfação de dirigir, na minha cidade, a sua 2ª Subseção. Assim, quero hoje homenagear esses profissionais, meus companheiros.

Entre as categorias profissionais, há que se destacar, sem dúvida, a dos advogados, pessoas destemidas, pessoas batalhadoras, pessoas que, no seu dia-a-dia, dedicam-se continuamente à defesa de ideais. Os advogados organizados, especialmente através da sua Ordem, têm prestado ao País os mais relevantes serviços. A cada momento em que a situação social e política passa por uma fase periclitante, é a OAB que se levanta com voz firme em defesa da cidadania, em defesa da democracia, em defesa dos interesses maiores do povo brasileiro.

Ainda recentemente, na chamada Revolução de 1964, pudemos ver a OAB como o arauto em defesa dos oprimidos, como o arauto em defesa dos perseguidos, como, afinal, uma categoria que teve um papel importante na defesa daqueles que se viram cassados, que se viram perseguidos, que se viram, de alguma forma, abatidos pela violência da ditadura. A Ordem teve sempre uma voz firme, e os advogados tiveram sempre uma presença corajosa em defesa dos direitos dos cidadãos.

Hoje, quando se comemora o Dia do Advogado, gostaria de deixar aqui a minha manifestação de saudação à OAB, à seção mineira da Ordem, a cada uma das seções, das subseções espalhadas pelas cidades do Estado, mas muito especialmente ao advogado, dizendo-lhe que tenho, de alguma forma, buscado atender aos reclamos da categoria.

Ainda temos aqui, em tramitação nesta Casa, o projeto de lei que visa a regulamentar o art. 272 da Constituição do Estado. Sabemos que muitas e muitas vezes o advogado é convocado, é nomeado para a defesa do réu pobre. Está previsto na Constituição do Estado que cabe ao Estado remunerar o profissional, quando ele é convocado e nomeado para prestar serviços ao carente. No objetivo de regulamentar essa disposição, aguardamos ser aprovado o citado projeto, para resguardar direitos do profissional da advocacia.

Companheiro advogado, neste dia e desta tribuna, lugar de onde fala o povo de Minas Gerais, quero cumprimentar e abraçar a cada um dos profissionais do direito, esperando deles, sempre e em todo momento, esse vigor, esse interesse, essa disposição de defender, no que for possível e quando necessário, o direito do cidadão, porque, defendendo o direito do cidadão, estaremos, por consequência, defendendo todos os outros direitos da sociedade. Parabéns, advogado, pelo seu dia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, imprensa, pela primeira vez neste segundo semestre, ocupo a tribuna. Quero relatar o que está ocorrendo na região do Triângulo, em especial, em Uberlândia. Gostaria de não ter que estar aqui para falar da situação que estamos enfrentando ali, mas, infelizmente, as circunstâncias nos levam a assumir uma postura, como já fizemos na semana passada e no decorrer desta semana, em defesa do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

Já vimos aqui alguns oradores debatendo a constituição de uma CPI nesta Casa para examinar a questão dos medicamentos. Não quero acreditar, como foi colocado anteriormente, que a comissão, pelo fato de ter como membros cinco médicos, irá "acabar em pizza". Não acredito nisso, pois, assim como os demais membros da comissão, o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que representa a nossa bancada, certamente irá honrar, como sempre o fez em todas as outras comissões de que participou, o nosso partido com o seu trabalho, apurando com seriedade o que estiver irregular. Tenho certeza, também, de que os demais Deputados assim agirão, pois os conhecemos e sabemos de seu trabalho. Tive o privilégio de trabalhar na CPI do VAF com o Deputado Carlos Pimenta, que fez um grande trabalho, portanto, particularmente não acredito na colocação do Deputado Irani Barbosa. Penso que o Deputado não queria dizer isso, mas, se o fez, tenho certeza de que não será pela presença dos médicos que a CPI "acabará em pizza".

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - Querida, inicialmente, parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e por ter tocado nesse ponto, que merece ser discutido, principalmente depois das palavras do Deputado Irani Barbosa. Nobre Deputado Gilmar Machado, tenho acompanhado a atuação dos colegas, inclusive dos colegas médicos, em várias atividades desta Casa. Aliás, é bom que se diga que muitas comissões parlamentares de inquérito e muitas atividades parlamentares desta Casa têm obtido algum êxito devido à perseverança dos colegas, principalmente dos colegas médicos. Talvez a Comissão de Saúde desta Casa tenha sido a que mais se reuniu ao longo desses últimos três anos e meio, sempre com a presença constante e maciça dos cinco integrantes e, às vezes, com a presença de mais dois ou três colegas médicos. Está aí o resultado para todos verem.

Não quero comparar e nem dizer que as outras comissões não estão trabalhando, mas a Comissão de Saúde tem tido uma participação exemplar e fundamental na discussão dos problemas sociais e dos problemas ligados à saúde pública no nosso Estado. Então, como médico e membro dessa Comissão e da CPI que vai apurar a situação que se instalou com os medicamentos falsos, medicamentos que têm lesado, sim, a população e têm matado muita gente - muita gente irresponsável, muitos malandros deveriam estar na cadeia, porque lá é o lugar deles, pois quem falsifica medicamentos e alimentos deve apodrecer na cadeia -, acredito que ela vai continuar tendo todo o nosso apoio, toda a nossa responsabilidade. Não é porque estamos a pouco mais de um mês e meio das eleições que vamos deixar essa CPI, não dedicando a ela o tempo necessário.

Acredito que mais uma vez o Deputado Irani Barbosa, talvez emocionalmente envolvido nessa confusão toda, como toda a população brasileira, está também indignado com o que está acontecendo com os medicamentos falsos. E isso inclui a classe médica também, porque quem mais sofre ao dar uma receita médica e ao saber que muitas vezes o doente vai à farmácia e compra medicamento falsificado, sem nenhuma atividade terapêutica, é o próprio médico, já que muitas vezes o doente volta ao médico e diz que o medicamento não está dando certo. O médico, então, fica numa situação complicada. Nós sofremos muito mais do que o resto da população, porque os clientes são nossos, os pacientes confiam na classe médica, confiam no seu médico, então estamos emocionalmente envolvidos nesse problema. E eu quero dizer que, da minha parte, indicado que fui pelo meu partido, o PSDB, vamos dedicar todo o nosso esforço, vamos fazer o possível para que essa CPI tenha frutos e os apresente à sociedade e puna aquele mau empresário, aquele malandro, aquele bandido que participou dos esquemas de falsificação, transporte e comercialização dos medicamentos falsificados.

O Deputado Gilmar Machado - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta o aparte. Como ele, acredito nessa CPI. Aqui nesta Casa nenhuma CPI "acabou em pizza". Pode ser que a "pizza" tenha sido feita em outro local, não aqui, porque não cabe à Assembléia julgar ninguém. Cabe a ela levantar a questão e encaminhar o resultado de seu trabalho ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. Ela não tem o poder de punir ou prender ninguém. O que compete ao Poder Legislativo está sendo realizado.

Deputados Carlos Pimenta, Adelmo Carneiro Leão, Marco Régis e outros, Comissão de Saúde da Assembléia, Presidência da Assembléia, estamos fazendo um apelo, porque o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia está clamando por ajuda, porque está para fechar a qualquer momento. É um hospital que atende mais de 40 cidades do Estado, em especial, do Triângulo e do Alto Paranaíba, mais de 20 cidades do Sul de Goiás e mais de 15 cidades do Mato Grosso do Sul. Estamos realmente alarmados com a forma como o Governo Federal vem tratando o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, com a política irresponsável da Secretaria da Saúde de Minas Gerais para o Hospital das Clínicas. O hospital já não está mais atendendo o número de pessoas que atendia anteriormente, já fechou várias áreas e começou a cobrar consultas. Por quê? Porque o

Ministério da Saúde está devendo mais de R\$3.000.000,00 ao hospital, a Secretaria da Saúde deve mais de R\$2.000.000,00, e a Prefeitura Municipal deve mais de R\$1.000.000,00. Com isso, o hospital começa a não ter mais condição de atender ao conjunto da população - ele atende à população carente da cidade de Uberlândia e das cidades vizinhas. Infelizmente, a população mais pobre começa a não ter mais esse atendimento.

A Universidade Federal de Uberlândia possuía três ambulatórios nos bairros para atender e fazer o cadastramento das pessoas que chegavam ao hospital. Agora, no início de junho, os três ambulatórios foram fechados, os funcionários foram demitidos, e criou-se uma situação aflitiva. Esse mês, os funcionários do hospital receberam apenas a metade do salário, e a outra metade está prometida para daqui a dez ou quinze dias, se a Secretaria de Estado da Saúde pagar. Se o Ministério da Saúde vier a pagar a dívida, aí sim, eles terão condição de pagar, caso contrário, teremos o hospital paralisando suas atividades. E como estamos tratando da questão da saúde, achamos inadmissível essa política irresponsável do Presidente Fernando Henrique. E vem hoje o Ministro Serra fazer demagogia em Minas Gerais, enquanto os hospitais do interior estão fechando as portas. O Secretário da Saúde e o Governador foram a Uberlândia fazer uma negociação para ter o apoio do Prefeito da cidade. Foram repassados R\$900.000,00, mas todos em Uberlândia estão querendo saber se eles serão para os hospitais das universidades ou para as Unidades de Atendimento da Prefeitura - UAIs. Essa foi a negociação feita para que o Prefeito pudesse apoiar o Governador Eduardo Azeredo. Podem continuar fazendo essas negociações, mas não vamos usar o sofrimento do povo para fazer campanha política. O povo de Uberlândia já sabe que o Prefeito passou três anos e meio criticando o Governador e agora está lá sem saber o que fazer, porque ele precisava do dinheiro para manter o hospital. Todos sabem que Uberlândia é a quarta maior cidade do Estado, com uma população de quase 500 mil habitantes, mas, infelizmente, a política desse Governo e do Governo Federal vem levando ao caos a saúde da nossa população.

Vimos a esta tribuna para fazer essa denúncia e esperamos que a Comissão de Saúde desta Casa possa tomar providências para ajudar, para que não tenhamos que chegar à mesma situação a que chegou o hospital da UFMG, que também teve que fechar suas portas por causa da política irresponsável do Governo. O povo de Uberlândia e os jornais estão perguntado onde estão os R\$900.000,00. Chega de negociação baseada no sofrimento do povo. Mas o Governador Eduardo Azeredo vai pagar a conta no dia 4 de outubro. O povo de Uberlândia vai saber dar a resposta. Chega de politicagem. O povo do Triângulo não agüenta mais esse tipo de política. Vamos dar o troco ao Governador para ele aprender que não se faz mais política como no tempo dos coronéis. Vamos denunciar o que está acontecendo. Não vamos aceitar pessoas morrendo nas filas dos hospitais para que barganhas como essa possam acontecer. Esse é um trabalho irresponsável.

Queríamos também abordar outra questão que tem nos deixado indignados. Já temos em Uberlândia a unidade descentralizada da região administrativa, e o Governo criou agora os PSIUs, os Programas de Assistência Integrada. Usaram mais dois caminhões em Uberlândia, e lá já existe a agência central. Usaram um na antiga Câmara Municipal e um na praça do fórum. São quatro quarteirões de distância de um para o outro. Dois caminhões cheios de propaganda, e o povo das cidades vizinhas sem atendimento médico. Mas foi só a imprensa divulgar, que as cidades começaram a cobrar, e os caminhões saíram de lá dois dias depois. Todos viram a forma irresponsável como o dinheiro do povo está sendo usado para fazer campanha política. Mas, na região, não adianta o Governador achar que vai enganar o povo com a sua propaganda política, tentando mandar caminhão para fazer carteira de identidade, porque o povo não é mais bobo. Nós nos orgulhamos de ter uma população consciente e séria.

Não que as das outras regiões não sejam. São, sim. Mas o Governador está enganado com o Triângulo, pensando que essas pequenas coisas vão enganar nosso povo.

As pessoas estão no Pontal do Triângulo, em Iturama, aguardando o asfaltamento da ligação Campina Verde-Iturama, porque as estacas e as placas estão lá dentro desde a campanha de 1994. E até hoje só há placas e estacas. Estão aguardando, também, o asfaltamento na cidade de União de Minas, Limeira do Oeste até a cidade de Iturama, porque lá, também, estão as placas e as estacas desde a campanha passada, em 1994. O Governador Eduardo Azeredo está pensando que vai enganar as pessoas, mas ele é que está muito enganado. Vamos denunciar todas as propagandas enganosas e mentirosas que estão sendo feitas por lá, para tentar ludibriar a população das outras regiões do Estado, dizendo que para o Triângulo está indo a maior parte dos recursos. Podem ir lá, que verão que eles não chegaram.

Deixamos registrado aqui que queremos o Hospital da Universidade Federal de Uberlândia funcionando e um tratamento mais decente para a nossa população, porque não agüentamos mais ver pessoas nossas morrendo nas estradas mal-conservadas. Foram cinco pessoas mortas nos últimos 30 dias, na região de Iturama, em virtude da má conservação das estradas. Essa semana perdemos uma companheira nossa do SINDUTE. Chega de utilizarem o sofrimento de umas pessoas para enganar outras.

Queremos deixar registrada nossa denúncia. Vamos continuar lutando, como está fazendo a população de Uberlândia, indo para a rua, a fim de tentar salvar o hospital. Essa não é a visão que têm o Presidente da República e o Governador do Estado. Mas nosso povo vai saber honrar e defender seus interesses.

Vamos entrar com um recurso e um requerimento pedindo uma participação da Comissão de Saúde desta Casa, para que, de fato, possamos garantir a saúde das pessoas não só de Uberlândia mas, também, de toda a região. Muito obrigado.

Peço, Sr. Presidente, o encerramento de plano da reunião. Como o senhor pode verificar, não temos "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos.

ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 1.970/98

Na matéria publicada com o título em epígrafe, na edição de 14/8/98, pág. 27, col. 1, onde se lê:

"1.970/98", leia-se:

"1.870/98".